Hidrovias do Brasil S.A.

(Companhia Aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Hidrovias do Brasil S.A. (Companhia) foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede em São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.912, 21° andar, cj. 21-L, Jardim Paulistano, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas abaixo, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- i. transporte de passageiros e mercadorias;
- ii. construção e a exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos;
- iii. navegação fluvial e marítima, a cabotagem e o armazenamento de mercadorias;
- iv. prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros;
- **v.** outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

Outros aspectos societários

Dando continuidade ao processo de intensificação e atuação estratégica, durante o exercício de 2011 a Companhia adquiriu a totalidade das ações das seguintes empresas:

a. Em 22 de março de 2011, a Companhia adquiriu pelo valor de R\$ 4 mil, 100% das ações representativas do capital social da Zidalur S.A., empresa pré-operacional localizada no Uruguai.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Em 1º de abril de 2011 a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 8.102 mil (US\$ 4,900 mil) pagos à vista, 100% das ações representativas do capital social da Baloto S.A. A Baloto S.A, localizada no Uruguai, detém 49% do capital social da Obrinel S.A., empresa uruguaia que tem como plano de negócios construir e operar, por um período de 30 anos, um terminal especializado de carga a granel e um porto, nas instalações do Porto de Montevideo. Atualmente a empresa apresenta gastos tipicamente pré-operacionais, tais como: estudos de engenharia, econômicos e jurídicos destinados à execução, inicial da construção do porto. A seguir, são resumidos os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos - Baloto

	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Impostos a recuperar	86	86
Outros créditos	50	50
Imobilizado	2	2
Intangível	319	8.123
Empréstimos e financiamentos	(334)	(334)
Fornecedores	(79)	(79)
Salários, férias e encargos sociais	(23)	(23)
Impostos	(8)	(8)
Outras contas a pagar	(34)	(34)
Total líquido dos ativos identificáveis	(<u>21</u>)	<u>7.783</u>
Valor de aquisição	<u>8.102</u>	
Ágio por rentabilidade futura	<u>8.123</u>	<u>8.123</u>

a. Em 30 de junho de 2011 a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social das companhias Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.(atual denominação social da CMNPar Eleven Participações S.A.), Hidrovias do Brasil - Marabá S.A. (atual denominação social da CMNPar Eighteen Participações S.A.) e Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A. (atual denominação social da CMNPar Sixteen Participações S.A.), sociedades anônimas, em fase pré-operacional, com sede na cidade de São Paulo, pelo montante pago à vista de R\$ 0,050 (cinqüenta reais), cada companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o CPC e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no CPC, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de fevereiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por caixa e equivalentes de caixa que abrangem, exclusivamente, os saldos de caixa e bancos que se encontram apresentados ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

c. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis (nota explicativa nº 7) e a determinação da vida útil do ativo imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

A Companhia adota o método de aquisição a combinações de negócios, quando a Companhia adquire controle, mensurando o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Todas as aquisições efetuadas no exercício de 2011 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, necessidade de mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

ii. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

iii. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- **a.** Eliminação dos ganhos ou perdas registrados por equivalência patrimonial das controladas:
- **b.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- **c.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil S.A. (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas e indiretas:

	31/12/2011	31/12/2010
Controladas Diretas	Participação em %	Participação em %
Baloto S.A.	100%	0%
Zidalur S.A.	100%	0%
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. (1)	100%	0%
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A. (2)	100%	0%
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A. (3)	100%	0%

- (1) Nova denominação social para CMNPAR Eleven Participações S.A.
- (2) Nova denominação social para CMNPAR Eighteen Participações S.A.
- (3) Nova denominação social para CMNPAR Sixteen Participações S.A.

	31/12/2011	31/12/2010		
Controlada Indireta	Participação em %	Participação em %		
Obrinel S.A.	49%	0%		

Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A empresa controlada em conjunto Obrinel S.A. é avaliada por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de sua participação societária de 49%, de acordo com o disposto na Deliberação CVM nº 608/09, de 26 de novembro de 2009.

b. Moeda estrangeira

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para Real [moeda funcional] às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior, excluindo as operações em economias hiperinflacionárias, são convertidas em Real [moeda funcional] às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

d. Apuração do resultado

Os itens que compõem o resultado são registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útileconômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados - 10% ao ano; instalações - 10% ao ano; sistema de aplicativos - 20% ao ano; equipamento de telefonia - 10% ao ano e benfeitorias - 20% ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

f. Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 3(a)(i).

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software em 5 anos.

g. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Durante o período não ocorreram eventos e a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicativo que requeresse revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

j. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

l. Segmentos operacionais

A Companhia, por ainda estar em fase pré operacional e não apresentar nenhuma fonte de receita e ter suas despesas apenas relacionadas à manutenção das atividades iniciais da Companhia, não possui, nesta fase, informações alocadas a segmentos operacionais. Tais informações passarão a ser apresentadas quando do início das atividades operacionais da Companhia, conforme aplicável.

4 Caixa e equivalentes de caixa e Debêntures

	Controla	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011
Caixa e bancos	87	10	278
Títulos de renda fixa CDB (a)	5.223	-	5.223
Debêntures (b)	<u>49.225</u>	=	49.225
Total – caixa e equivalentes de caixa	<u>54.535</u>	<u>10</u>	<u>54.726</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Títulos de Renda Fixa, atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remunerados a taxas que variam entre 99% e 100,2% do CDI, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são feitas em investimentos de baixo risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(b) A Companhia possui aplicação financeira em títulos de debêntures do mercado financeiro de liquidez (resgate) imediata, sem penalidades para a Companhia, remuneradas a 101% do CDI, conforme apresentado a seguir:

	Quantidade	Data de	Data de	Saldo
Tipo do título	de títulos	início da	vencimento	atualizado em
		operação	da operação	31/12/2011
Debêntures	3.109.511	13/07/2011	10/07/2012	49.225

5 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Ativo	31/12/2011	31/12/2010		
Baloto S.A	868	-		
Zidalur S.A	(145)	-		
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A	21.468	-		
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A	8.625	-		
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A	4.880	-		
_	35.696			

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As principais informações sobre a participação no patrimônio líquido nas empresas investidas são apresentadas da seguinte maneira:

				31/12/2011			
							Resultado de
		Quantidade				Prejuízo das	equivalência
		de	Total de	Total de	Patrimônio	investidas no	patrimonial
	Participação	ações	ativos	passivos	Líquido	exercício	no exercício
Baloto S.A	100%	17.319.120	1.077	209	868	(473)	(473)
Zidalur S.A Hidrovias do Brasil - Vila do	100%	100.000	110	255	(145)	(1.849)	(1.849)
Conde S.A Hidrovias do Brasil - Marabá	100%	21.468	21.468	-	21.468	-	-
S.A Hidrovias do Brasil -	100%	8.625	8.625	-	8.625	-	-
Miritituba S.A	100%	4.880	4.880	-	4.880	-	-
Total			<u>36.160</u>	<u>464</u>	<u>35.696</u>	(2.322)	(2.322)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Movimentação dos investimentos

	31/12/2010 Soldo inicial	31/12/2010 01/04/2011 Saldo inicial dos Investimento de			31/12/2011
				Resultado de Equivalência	Saldo Final
	Investimentos	Adquirido	Capital	Patrimonial	dos Investimentos
Baloto S.A	-	(21)	1.362	(473)	868
Zidalur S.A	-	5	1.699	(1.849)	(145)
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A	-	-	21.468	-	21.468
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A	-	-	8.625	-	8.625
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A	-	Ξ	4.880	Ξ	4.880
Total	Ē	<u>(16)</u>	<u>38.034</u>	(2.322)	<u>35.696</u>

6 Imobilizado

Movimentação de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011

	Controladora			Consolidado				
Descrição	31/12/2010 Custo	Adição	Baixa	31/12/2011 Custo	31/12/2010 Custo	Adição	Baixa	31/12/2011 Custo
Terrenos	-	_	_	-	_	28.023	_	28.023
Instalações	-	52	-	52	-	52	-	52
Máquinas e equipamentos	4	-	-	4	4	-	-	4
Móveis e utensílios	-	125	-	125	-	131	-	131
Veículos	-	_	-	-	-	10	-	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	151	_	151	-	151	_	151
Equipamentos de telefonia	-	8	_	8	-	8	_	8
Equipamentos eletrônicos e de informática		107		107		112		113
Total Custo	4	443		447	4	28.487		28.491

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado				
Descrição	31/12/2010 Depreciação	Adição	Baixa	31/12/2011 Depreciação	31/12/2010 Depreciação	Adição	Baixa	31/12/2011 Depreciação
Instalações	-	(4)	_	(4)	-	(4)	_	(4)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	(9)	-	(9)	-	(9)	-	(9)
Veículos	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(25)	-	(25)	-	(25)	-	(25)
Equipamentos de telefonia	-	-	-	-	-	-	-	_
Equipamentos eletrônicos e de informática		(17)		(17)		(19)		(19)
Total Depreciação		(55)		(55)		(58)		(58)
Imobilizado Líquido	4	388		392	4	28.429		28.433

Não existia em 31 de dezembro de 2011, nenhum ativo com indicação de não recuperação.

Terrenos: As aquisições no consolidado referem-se basicamente aos seguintes terrenos: (i) em 7 de julho de 2011, a Companhia por meio de sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., concluiu a aquisição de um terreno localizado na área do porto organizado de Vila do Conde, município de Barcarena, Estado do Pará, por R\$ 15.000 mil pagos à vista em 07 de julho de 2011; e (ii) em 11 de julho de 2011, a Companhia por meio de sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A., efetuou aquisição de um terreno localizado no município de Itaituba, Estado do Pará, na Vila de Miritituba, no valor total de R\$ 4.500 mil sendo pago R\$ 200 mil de sinal em 11 de julho de 2011 e R\$ 4.300 mil pago em 10 de agosto de 2011; e (iii) em 21 de novembro de 2011, a Companhia por meio da controlada direta Hidrovias do Brasil – Marabá S.A, efetuou aquisição de um terreno localizado no município de Marabá, Estado do Pará, no valor total de R\$ 5.875 mil sendo pago R\$ 800 mil de sinal em 28 de julho de 2011 e R\$ 5.075 mil pago em 21 de novembro de 2011; e (iv) ainda em 21 de novembro de 2011, a controlada Hidrovias do Brasil – Marabá S.A. adquiriu, por R\$ 2.500 mil dois terrenos que combinados com a aquisição da área anterior totaliza 9 ha. (nove hectares), no município de Marabá, Estado do Pará.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

7 Intangível

	Controladora			Consolidad			lado	
	31/12/2010	<u>Adição</u>	Baixa	31/12/2011	31/12/2010	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	31/12/2011
Itens não amortizados								
Ágio	-	8.123	-	8.123	-	8.123	-	8.123
Itens amortizados								
Softwares e programas para computadores	-	69	-	69	-	74	-	74
(-) Amortização acumulada	-	(12)	-	(12)	-	(13)	-	(13)
Projeto	Ξ.		=	Ξ	_=	<u>810</u>	(116)	<u>694</u>
Total	=	<u>8.180</u>	Ē	<u>8.180</u>	<u>=</u>	<u>8.994</u>	<u>(116)</u>	<u>8.878</u>

Ágio nas aquisições de participações - O ágio foi gerado na aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Baloto S.A., e está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações as quais a Baloto S.A. possui investimento e suportam a contabilização do ágio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

8 Salários, férias e encargos a pagar

	Control	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	
Salários a pagar	50	1	50	
Provisão para Gratificações	1.293	-	1.293	
Provisão de férias e encargos	200	17	237	
INSS a recolher	69	22	69	
IRRF a recolher	92	19	92	
FGTS a recolher	<u>19</u>	<u>4</u>	<u>19</u>	
Total	<u>1.723</u>	<u>63</u>	<u>1.760</u>	

9 Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais), representado por 110.000.000 (cento e dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e não integralizado pelos acionistas deverá ser pago nos termos e condições estabelecidos nos respectivos boletins de subscrição, mediante chamada do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado é de R\$ 108.000 (cento e oito milhões de reais), conforme descrito abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	R\$	%	Acionista
Subscrito Integralizado		100,00% 98,18%	P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação
A integralizar	2.000	1,82%	

A composição acionária em 31/12/2011 e 31/12/2010 está detalhada abaixo:

	31/12/2011		31/12/2010	
Acionistas P2 Brasil Infraestrutura Fundo de	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Investimentos em Participação	109.999.997	100,0%	9.999.997	100,0%
Outros (pessoas físicas)	3	0,0%	3	0,0%
	110.000.000	100,0%	10.000.000	100,0%

Integralização de capital - Em 6 de janeiro de 2011 e em 30 de março de 2011, foi integralizado respectivamente, pelo acionista P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação os montantes de R\$ 8.300 mil, representado por 8.300.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e R\$ 8.100 mil, representado por 8.100.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 4 de julho de 2011 e 13 de julho de 2011 foi integralizado respectivamente pelo acionista P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação o montante de R\$ 35.000 mil, representado por 35.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e o montante de R\$ 56.205 mil, representado por 56.205.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva legal - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Dividendos - Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, tem a destinação determinada pela Assembléia Geral, que poderá, por proposta da Administração: (i) deliberar reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, nos termos do Artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório.

Reservas estatutárias – Adicionalmente as reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros:

Reserva para Investimentos – Compreende os recursos que serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e a expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% do capital social.

Reserva de Capital de Giro – Compreende os recursos que serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

10 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, conforme quadro abaixo:

	01/01 a 31/12/2011	18/08 a 31/12/2010
Resultado do exercício Média ponderada de ações	(11.012) <u>57.952</u>	(444) <u>90</u>
Prejuízo por lote de mil ações no exercício	<u>(0,1900)</u>	(4,9333)

Não existe efeito de diluição em função de não haver instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

11 Parte relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração:

Em 31 de dezembro de 2011, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e conselheiros totalizou R\$ 944 referente a salários e o montante de R\$ 590 referente a benefícios variáveis.

O montante global anual de remuneração dos administradores da Companhia para os dois anos (2010 e 2011), aprovado pelos acionistas da Companhia, é de R\$ 4.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

12 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Em função da fase pré-operacional da Companhia e da gestão do caixa para pagamento das despesas operacionais iniciais, a Companhia encerrou o exercício de 2010 com uma posição de dívida líquida negativa, entretanto, tal situação foi transitória em função dos aportes de capital ocorridos no exercício de 2011 conforme comentado na nota explicativa n° 9.

A dívida da Companhia para relação do patrimônio líquido final do exercício de 2011 e 2010 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	
Total do passivo circulante	(2.422)	(66)	(2.760)	
Menos: caixa e equivalentes de caixa e				
aplicação financeira	54.535	10	54.726	
Sobra líquida de caixa	52.113	(56)	51.966	
Patrimônio líquido	96.544	(49)	96.647	

13 Programa de opção de compra de ações

Programa de 2010

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 7 de dezembro de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram um Programa de Opção de Compra de Ações de 2010 ("Programa de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O Programa de 2010 estará limitado a um máximo de Opções que resulte em uma diluição de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no total de ações da Companhia na data de criação do Programa de 2010. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as Opções, considerando todas as Opções outorgadas no Plano, já exercíveis ou não, dividido pela quantidade total de ações de emissão da Companhia adicionadas às Opções outorgadas no Plano.

O preço de exercício de cada Opção deste programa de 2010 será R\$ 1,00 (um real) corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA") desde 07 de dezembro de 2010 até a data do efetivo exercício da Opção pelo Participante mais 7% (sete por cento) ao ano.

As opções outorgadas nos termos do Programa de 2010 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Os prazos para o exercício das opções são:

- ¼ (um quarto) das opções poderão ser exercidas a partir de 1 (um) ano contado da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir 07 de dezembro de 2011;
- até ¼ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser exercidas a partir de 2 (dois) anos contados da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir de 07 de dezembro de 2012;
- até ¼ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de 3 (três) anos contados da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir de 07 de dezembro de 2013;
- até ¼ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de 4 (quatro) anos contados da data de celebração do contrato de opção, sendo o prazo máximo até 07 de dezembro de 2015.

Programa de 2011

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram um Programa de Opção de Compra de Ações de 2011 ("Programa de 2011), nos termos e condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 07 de dezembro de 2010, observadas as características e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O Plano de 2011 tem vigência a partir de 10 de maio de 2011. A Companhia outorga ao participante 100.000 (cem mil) opções de compra de ações ("Opções"). Cada opção atribui ao seu titular o direito de subscrição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ("Ação"), estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano, no Programa de 2011 e no Contrato com o participante.

O preço de exercício de cada Opção deste programa de 2011 será R\$ 1,00 (um real) corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA") desde 10 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício da Opção pelo Participante mais 7% (sete por cento) ao ano.

As opções outorgadas nos termos do Programa de 2011 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Os prazos para o exercício das opções são:

- até 10 de maio de 2012, o participante não exercerá as opções;
- ¼ (um quarto) das opções poderão ser exercidas a partir de 1 (um) ano contado da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir 10 de maio de 2013;
- até ¼ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser exercidas a partir de 2 (dois) anos contados da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir de 10 de maio de 2014, mais eventuais sobras não exercidas em períodos antecedentes;
- até ¼ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de 3 (três) anos contados da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir de 10 de maio de 2015 mais eventuais sobras não exercidas em períodos antecedentes;
- até ¼ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de 4 (quatro) anos contados da data de celebração do contrato de opção, sendo o prazo máximo até 10 de maio de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Até 31 de dezembro de 2011, as opções outorgadas (2.100.000) representavam 1,91% das ações subscritas de emissão da Companhia na mesma data.

Em 31 de dezembro de 2011, não há efeitos relevantes no balanço e no resultado da Companhia.

14 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2011	18/08 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	
Salários	1.349	107	1.684	
Pró-labore	944	70	944	
Encargos sociais	770	91	783	
Provisão para gratificações e bônus	1.516	100	1.529	
Férias e 13° salário	369	29	382	
Outras despesas com pessoal	<u>332</u>	<u>3</u>	<u>334</u>	
	<u>5.280</u>	<u>400</u>	<u>5.656</u>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

15 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2011	18/08 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	
Viagens e estadias	1.437	3	1.438	
Aluguéis e condomínios	276	-	358	
Condução e locomoção	61	3	69	
Serviços públicos	228	-	235	
Outras despesas	<u>512</u>	<u>8</u>	<u>753</u>	
	<u>2.514</u>	<u>14</u>	<u>2.853</u>	

16 Serviços profissionais

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2011	18/08 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	
Advogados	2.105	1	3.757	
Consultorias	1.866	-	1.974	
Auditorias	370	-	370	
Serviços de Informática	104	2	104	
Publicações	27	26	27	
Outros serviços	<u>169</u>	<u>1</u>	<u>171</u>	
	<u>4.641</u>	<u>30</u>	<u>6.403</u>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

17 Eventos subsequentes

Integralização de capital

Em 13 de janeiro de 2012 foi integralizado pelo acionista P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação o montante de R\$ 2.000 mil, representado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acordo de Subscrição de Capital

Em 31 de janeiro de 2012 a Companhia celebrou um Contrato de Subscrição de Ações com seu acionista P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação e veículos de investimento controlados pela AIMCo (Alberta Investment Management Corporation) e Temasek Holdings (Private) Limited. O acordo estabelece os termos e condições para um investimento na Companhia no valor total de US\$ 220,000 mil, no prazo aproximado de três anos.

Bruno Pessoa Serapião Diretor Presidente Felipe Andrade Pinto Diretor

Milson Mundim Diretor Financeiro

Daniel Rocha da Silva CRC 1SP 192641/O-4